

Prefácio	xxi
Apresentação da 1 ^o edição	xxiv
Agradecimentos	xxvi
Nota dos autores à 5 ^o edição	xxvi
Os autores	xxix

PARTE I – As Finanças Públicas e o Papel do Estado

1 Economia e finanças públicas em democracia	3
1.1 Economia e finanças públicas: uma abordagem político-económica	3
1.2 Análise Positiva e Normativa	5
1.3 Equidade, eficiência e liberdade.....	7
1.3.1 Equidade.....	7
1.3.2 Eficiência.....	7
1.3.3 Liberdade (negativa)	8
1.4 Divergências entre economistas	10
1.5 As funções do sector público: afectação, distribuição e estabilização.....	12
1.6 Governo democrático, Estado e sociedade.....	14
1.6.1 O que é um governo democrático?.....	14
1.6.2 Que atitude ter perante o governo, o Estado, a sociedade?	16
Conceitos chave	19
2 Teorias sobre o papel do Estado.....	21
2.1. Introdução	21
2.2 O Estado “mínimo”: a primazia do mercado.....	22
2.2.1 A escola clássica inglesa: o “deixar fazer” (laissez faire)	23
2.2.2 Nozick: o mercado como “processo justo”	24
2.3 O Estado de bem-estar (ou protector).....	26
2.3.1 Definição	26
2.3.2 A redistribuição de rendimento	27
2.3.3 O fornecimento de “bens primários”	28
2.4 O Estado imperfeito	31
2.4.1 O Estado Leviatã	31
2.4.2 O Estado ao serviço dos interesses.....	33
2.5 Finanças clássicas, intervencionistas e constitucionalismo financeiro.....	35
2.5.1 Finanças Clássicas.....	35
2.5.2 Finanças Intervencionistas	36

2.5.3	Constitucionalismo Financeiro.....	37
2.5.4	Finanças “Modernas”	38
	Conceitos chave	41
3	Fundamentos para a intervenção pública	43
3.1	Uma visão geral do problema.....	43
3.1.1	Os dois teoremas fundamentais da economia do bem-estar	43
3.1.2	Eficiência de Pareto numa economia de troca.....	44
3.1.3	O óptimo social	46
3.1.4	Eficiência e equilíbrio em mercados competitivos.....	47
3.1.5	Fracasso de mercado	49
3.2	Intervenção pública por razões de eficiência	50
3.2.1	Bens públicos versus privados: características e formas de provisão.....	50
3.2.2	Os bens públicos: eficiência, equilíbrio e preço.....	57
3.2.3	Externalidades	60
3.2.4	Bens privados com externalidade positiva	62
3.2.5	Concorrência imperfeita: o caso do monopólio	64
3.2.6	Informação assimétrica	66
3.2.7	Tipologia de intervenção pública por razões de eficiência	67
3.3	Intervenção pública por razões de justiça social	68
3.3.1	O bem-estar social.....	68
3.3.2	Distribuição de rendimento óptima	72
3.3.3	Bens de mérito.....	77
3.4	Conflitos potenciais entre eficiência e equidade	79
3.4.1	Os custos da redistribuição.....	80
3.4.2	A provisão pública de bens privados.....	82
	Conceitos chave	84
	Apêndice 3.A – Condições de eficiência com dois bens privados	85
	Apêndice 3.B – Condições de eficiência com bem privado e público	87

PARTE II - Despesas Públicas: Teoria e Prática

4	Escolhas colectivas e decisão política	91
4.1	Enquadramento geral.....	91
4.1.1	Os problemas das escolhas colectivas	91
4.1.2	Tipos de regras: da maioria relativa à unanimidade.....	93
4.1.3	O paradoxo de Condorcet.....	97
4.1.4	O teorema de Arrow	99
4.2	Votações simples com a regra da maioria	101
4.2.1	O teorema do votante mediano.....	101
4.2.2	Implicações do teorema.....	104

4.3	Votações em bens públicos financiados diferenciadamente	105
4.3.1	Bem público financiado com tributação uniforme: imposto per capita.....	106
4.3.2	Bem público financiado com tributação proporcional e progressiva	108
4.3.3	Bem público financiado com tributação diferenciada: unanimidade (Lindahl)	110
4.4	Votações complexas, ausência de equilíbrio e estrutura	112
4.4.1	A multidimensionalidade da escolha colectiva	112
4.4.2	Equilíbrio induzido pela estrutura	116
4.4.3	Troca de votos, equilíbrio e bem-estar social.....	118
4.5	Escolhas colectivas, democracia e interesse público.....	121
4.5.1	Grupos de interesse e grupos de pressão	121
4.5.2	Democracia, competição e interesse público.....	123
4.5.3	Democracia, deliberação e interesse público.....	123
5	Teoria e políticas públicas num contexto de incerteza	127
5.1	Informação assimétrica, seguros privados, segurança social e saúde.....	128
5.1.1	Agência, incentivos, risco e confiança	128
5.1.2	Informação simétrica: risco e seguros	129
5.1.3	Informação assimétrica (risco moral).....	134
5.1.4	Informação Assimétrica (selecção adversa)	137
5.1.5	Informação assimétrica, equidade e racionalidades da intervenção governamental exterior à relação de agência	141
5.1.6	Informação assimétrica, equidade e racionalidades da intervenção governamental quando o governo é o “principal”	143
5.2	Externalidades: políticas públicas e os seus efeitos	146
5.2.1	O Zonamento.....	147
5.2.2	A tragédia dos recursos comuns	147
5.2.3	Direitos de propriedade e negociação: o teorema de Coase	151
5.2.4	Regulamentação, impostos pigouvianos e negociação (informação simétrica)	153
5.2.5	Regulamentação, impostos pigouvianos e mercado de direitos (informação assimétrica)	155
5.3	Desigualdade, pobreza e bem-estar social.....	160
5.3.1	Pobreza versus desigualdade	160
5.3.2	Índice de Gini e Curvas de Lorenz.....	164
5.3.3	Aversão à desigualdade e o índice de Atkinson	166
5.3.4	Evidência empírica para Portugal.....	167
5.4	Conclusões	169

Conceitos chave	170
Apêndice 5.A - Externalidades: eficiência, equilíbrio e mercado de direitos	171
6 Despesa pública: avaliação e tendências.....	175
6.1 Enquadramento geral.....	175
6.1.1 A importância da despesa pública	175
6.1.2 O crescimento da despesa pública.....	175
6.2 Tendências da despesa pública na União Europeia.....	178
6.2.1 A despesa pública total.....	178
6.2.2 Estrutura da despesa pública: classificação económica.....	181
6.2.3 Despesa pública por classificação funcional	187
6.3 Desempenho e eficiência da despesa pública.....	194
6.3.1 Desempenho das administrações públicas	195
6.3.2 Eficiência da despesa pública.....	197
6.3.3 Eficiência da despesa pública na educação e na saúde.....	199
6.4 Análise custo-benefício.....	202
6.4.1 O Valor Actual Líquido.....	203
6.4.2 A Taxa Interna de Rentabilidade.....	204
6.4.3 Custos e benefícios.....	206
Conceitos chave	209
Apêndice 6.A – Classificação das despesas usada na AMECO.....	210

PARTE III - Receitas Públicas: Teoria e Prática

7 Receitas Públicas e Sistema Fiscal: uma introdução	213
7.1 Fontes de financiamento do Estado e principais modalidades de receita pública	213
7.1.1 Conceito e modalidades de receita pública	213
7.2 Características desejáveis de um sistema fiscal	216
7.2.1 Um sistema fiscal óptimo	216
7.3 Eficiência e tributação.....	221
7.3.1 As condições de eficiência	221
7.3.2. Imposto distorcedores e não-distorcedores	222
7.4 Equidade de um sistema fiscal	226
7.4.1 Critérios de equidade e princípios de tributação	226
7.4.2 Indicadores da capacidade de pagar e equidade horizontal.....	228
7.4.3 Equidade vertical e progressividade.....	230
7.4.4 Incidência legal e económica dos impostos	232
7.4.5 Incidência económica com distintas incidências legais.....	236
Conceitos-chave	237

8. Tributação, eficiência e equidade: desenvolvimentos.....	239
8.1 Tributação de bens e estruturas de mercado.....	239
8.1.1 Imposto “ad valorem” vs. “imposto unitário” em concorrência perfeita.....	239
8.1.2 Imposto sobre bens em mercado monopolista.....	241
8.2 Tributação e escolhas individuais	245
8.2.1 Tributação e eficiência económica no consumo.....	246
8.2.2 Tributação e seus efeitos sobre a decisão de poupar	249
8.3 Tributação de rendimentos do trabalho e do capital.....	252
8.3.1 Oferta de trabalho: efeitos substituição e rendimento	252
8.3.2 Tributação e eficiência económica no mercado de trabalho	254
8.3.3 Tributação de rendimentos de capital e a sua mobilidade.....	257
8.4 Tributação óptima de bens e de rendimento.....	259
8.4.1 Tributação óptima e eficiência paretiana.....	259
8.4.2 Impostos de Ramsey e eficiência no consumo	260
8.4.3 Imposto sobre o rendimento, progressividade e carga excedentária	261
8.4.4 Conflitos “reais” e “aparentes” entre eficiência e equidade	265
8.4.5 Limites à tributação, curva de Dupuit-Laffer e reformas fiscais	268
Conceitos-chave	273
9 O Sistema Fiscal Português	275
9.1 Principais classificações de impostos.....	275
9.2 As reformas fiscais portuguesas e alterações recentes	277
9.2.1 As reformas fiscais dos finais da década de 80-princípios dos anos 90	277
9.2.2 Principais modificações ocorridas nos finais dos anos 90 - 1. ^a década de 2000.....	278
9.2.3 Reformas fiscais recentes (anos 2013-2015).....	283
9.3 Composição do Sistema Fiscal Português actual	285
9.4 Principais impostos, contribuições sociais e benefícios fiscais....	286
9.4.1 IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.....	287
9.4.2 IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	293
9.4.3 IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	294
9.4.4 Contribuições obrigatórias para a Segurança Social	297
9.4.5 Benefícios e Despesa fiscal	298
9.5 Evolução recente do SFP: alguns indicadores quantitativos	301
9.5.1 Nível de fiscalidade	302
9.5.2 Estrutura fiscal.....	303
9.5.3 Comparações internacionais.....	303
9.6 Breve caracterização económica do SFP.....	306

9.6.1	Nível global e estrutura da tributação.....	306
9.6.2	Avaliação quantitativa do SFP: principais impostos	307
	Conceitos-chave	316

PARTE IV - Finanças Públicas a Diferentes Níveis de Governo

10	Federalismo orçamental e descentralização	319
10.1	Estrutura do governo e federalismo orçamental	319
10.1.1	Diversidade na descentralização financeira.....	319
10.1.2	Os problemas.....	321
10.1.3	Desconcentração, descentralização, autonomia e secessão ..	322
10.2	Eficiência, descentralização e zonamento.	325
10.2.1	Bens públicos locais e bens de clube.....	325
10.2.2	A população óptima de um município com equipamentos fixos.....	327
10.2.3	A quantidade óptima de serviços fornecidos.....	330
10.2.4	(Des)economias de escala e dimensão óptima do município	331
10.2.5	Competição inter-municipal e o modelo de Tiebout	333
10.2.6	Eficiência e descentralização.....	335
10.3	Equidade pessoal, “territorial” e redistribuição.....	340
10.3.1	Redistribuição, equidade, pessoas e território	340
10.3.2	Descentralização vs. Desconcentração: o caso do ensino básico.....	342
10.3.3	Redistribuição de rendimento entre indivíduos	344
10.3.4	Redistribuição entre territórios e a medição das desigualdades.....	346
10.4	Transferências intergovernamentais.....	348
10.4.1	Transferências versus partilha de receitas	348
10.4.2	Transferências gerais e equilíbrio financeiro vertical	350
10.4.3	Transferências gerais e equilíbrio financeiro horizontal	350
10.4.4	Transferências específicas e comparticipadas	352
10.5	Federalismo e desenho institucional.....	355
	Conceitos chave	357
	Apêndice 10.A – Modelo básico de bens de clube.....	358
	Apêndice 10.B – Um modelo de equilíbrio financeiro aplicado aos municípios portugueses.....	361
11	O sector público em Portugal: âmbito, estrutura e contas.....	365
11.1	O âmbito e estrutura do sector público.....	365
11.1.1	O âmbito do sector público	365

11.1.2	Estrutura do sector público, descentralização política e administrativa	369
11.1.3	Dois significados da palavra “Estado”	372
11.2	O Estado: administração central e segurança social	373
11.2.1	Administração Central: a administração direta e a desconcentração administrativa	373
11.2.2	Administração central: a administração indireta e a descentralização administrativa	374
11.2.3	A Segurança Social	376
11.2.4	A administração regional e local	377
11.3	As contas e os saldos das administrações públicas	379
11.3.1	Óptica da contabilidade nacional	379
11.3.2	Óptica da contabilidade pública	383
11.3.3	Valores consolidados e não consolidados	385
11.3.4	Os saldos dos subsectores e o saldo global	387
11.4	As contas da administração regional e local (municípios)	389
11.4.1	As Contas das Administrações Regionais	389
11.4.2	A Administração Local	393
11.5	As contas da Segurança Social	405
11.5.1	Enquadramento geral	405
11.5.2	As contas do subsector da segurança social (contabilidade pública)	406
11.5.3	As Contas da Caixa Geral de Aposentações (CGA)	409
11.6	As administrações públicas e o sector público empresarial	410
11.6.1	A sustentabilidade das finanças públicas: uma perspectiva institucional	414
	Conceitos chave	416
12	Orçamento do Estado	417
12.1	Noção e âmbito do orçamento. O ciclo orçamental	417
12.1.1	Noção e âmbito do orçamento	417
12.1.2	O contexto legal do orçamento	418
12.1.3	O ciclo orçamental: fases e competências	419
12.2	As regras de organização do orçamento	422
12.2.1	Anualidade	422
12.2.2	Unidade e universalidade	423
12.2.3	Não compensação	425
12.2.4	Não-consignação	425
12.2.5	Especificação	426
12.2.6	Equilíbrio	427
12.3	A apresentação das despesas e das receitas no orçamento	429

12.3.1	A classificação das despesas	430
12.3.2	A classificação das receitas	433
12.4	A elaboração, discussão e votação do orçamento	535
12.4.1	O processo de preparação do orçamento	435
12.4.2	A discussão e votação do orçamento.....	449
12.4.3	As escolhas orçamentais: uma aplicação da teoria da escolha pública.....	451
12.5	A execução e o controlo do orçamento. A Conta do Estado.	455
12.5.1	A execução orçamental	455
12.5.2	O controlo orçamental	460
12.5.3	A Conta do Estado.....	461
	Conceitos chave	463
	Apêndice 12.A – A evolução histórica do conceito de equilíbrio orçamental	464

PARTE V - Política Orçamental e a União Europeia

13	Política orçamental.....	469
13.1	Uma visão global da política orçamental	469
13.1.1	Objectivos de política orçamental	469
13.1.2	Instrumentos de política orçamental.....	470
13.1.3	Indicadores e conceitos	470
13.2	Componentes da política orçamental	476
13.2.1	Política orçamental discricionária	476
13.2.2	Estabilizadores automáticos	478
13.3	Política orçamental no modelo IS-LM	480
13.3.1	Modelo Keynesiano em economia aberta	480
13.3.2	O funcionamento do multiplicador Keynesiano.....	483
13.3.3	Variação das despesas e das receitas públicas.....	485
13.3.4	A curva IS.....	487
13.3.5	A curva LM	489
13.3.6	Política orçamental no instrumental IS-LM	491
13.4	Procura e oferta agregada	494
13.4.1	A curva AD	494
13.4.2	A curva AS	497
13.4.3	Política orçamental no instrumental AD-AS.....	500
	Conceitos chave	503
	Apêndice 13.A – Equação para a taxa de juro de equilíbrio no modelo ..	504
	IS-LM.....	504
	Apêndice 13.B – Metodologias para determinar o saldo estrutural	507

14	Sustentabilidade das Finanças Públicas	513
14.1	Dívida pública	513
14.1.1	Necessidades de financiamento do Estado	514
14.1.2	Conceitos e instrumentos de dívida pública	517
14.2	A Equivalência Ricardiana	519
14.2.1	A dívida pública é riqueza?	520
14.2.2	Pressupostos teóricos da Equivalência Ricardiana	523
14.3	Aritmética dos défices e da dívida pública	526
14.3.1	Restrição orçamental, défices e senhoriagem	526
14.3.2	Aritmética do rácio dívida-produto	530
14.3.3	Dívida pública e jogos de Ponzi	536
14.4	A questão da sustentabilidade	537
14.4.1	A restrição orçamental inter-temporal do governo	538
	Conceitos chave	541
	Apêndice 14.A – A base monetária e as receitas de senhoriagem	542
	Apêndice 14.B – A restrição orçamental inter-temporal	543
15	Política orçamental na UE	547
15.1	Enquadramento geral	547
15.2	O enquadramento da política orçamental na UEM	547
15.2.1	O Pacto de Estabilidade e Crescimento	548
15.2.2	Critérios orçamentais	550
15.2.3	Desempenho orçamental na UE	552
15.2.4	O Procedimento dos Défices Excessivos	555
15.2.5	A experiência do Procedimento dos Défices Excessivos	560
15.2.6	Os Programas de Estabilidade	561
15.3	Desenvolvimentos do Enquadramento orçamental da UE	563
15.3.1	O critério da dívida e o Tratado Orçamental	563
15.3.2	As revisões do Pacto de Estabilidade e Crescimento e o Semestre Europeu	568
15.4	O orçamento da União Europeia	571
	Conceitos chave	576
	Apêndice 15.A1 – Uma cronologia para a União Económica e Monetária	577
	Apêndice 15.B – As economias dos Estados Membros	579
	Bibliografia	580
	Legislação	596
	Índice Remissivo	598

Índice de Quadros

Quadro 2.1 - Ano de introdução de prestações sociais e imposto sobre rendimento.....	28
Quadro 2.2 – O “dilema do prisioneiro” e a razão de ser do Estado.....	32
Quadro 3.1 - Formas de produção e provisão públicas e privadas.....	56
Quadro 3.2 - Fracassos de mercado e intervenções públicas por razões de eficiência.....	67
Quadro 3.3 - Intervenções públicas por razões de equidade.....	79
Quadro 4.1 - O paradoxo de Condorcet.....	98
Quadro 4.2– Uma tipologia de grupos de interesse baseada nos efeitos sobre o bem-estar individual.....	122
Quadro 5.1 – O problema do risco moral.....	136
Quadro 5.2 – Escala de equivalência da OCDE.....	163
Quadro 5.3 – Efeito do RMG na pobreza e desigualdade (2012).....	168
Quadro 5.4 – Indicadores de pobreza monetária (2003, 2006, 2009 e 2012).....	169
Quadro 6.1 – Despesa pública total em % do PIB.....	179
Quadro 6.2 – Classificação funcional das despesas, UE15.....	187
Quadro 6.3 – Agregação funcional da despesa pública.....	188
Quadro 6.4 – Distribuição funcional das despesas em % do PIB: redistribuição.....	189
Quadro 6.5 – Distribuição funcional das despesas em % do PIB: afectação, serviços gerais e actividades privadas.....	190
Quadro 6.6 – Desempenho e despesa pública nos países A, B e C.....	198
Quadro 6.7 – Eficiência na educação (nível do secundário), 2000.....	200
Quadro 6.8 – Eficiência na saúde, 2000.....	202
Quadro 6.9 – VAL de um projecto de investimento.....	204
Quadro 6.10 – TIR de um projecto de investimento.....	205
Quadro 6.11 – Custos e benefícios tangíveis e intangíveis.....	208
Quadro 8.1 – Impostos e escolhas económicas.....	267
Quadro 10.1 - Decisões acerca da afectação de recursos entre escolas da escolaridade obrigatória.....	343
Quadro 11.1 – Nomenclatura dos sectores institucionais.....	369
Quadro 11.2 – A Estrutura das Administrações Públicas em Portugal.....	372
Quadro 11.3 – Autonomia administrativa e financeira.....	376
Quadro 11.4 – Receitas e Despesas das Administrações Públicas (CN): 2015.....	382
Quadro 11.5 - Receitas e Despesas das Administrações Públicas (CP): 2015.....	384

Quadro 11.6 – Receitas e despesas (consolidadas) de cada subsector em proporção das administrações públicas (2015)	386
Quadro 11.7 – Despesas (não consolidadas) de cada subsector em % das despesas totais de cada subsector (2015).	387
Quadro 11.8 – Saldo global (consolidado e não consolidado) decomposto por subsectores (2015).....	388
Quadro 11.9 - Conta da Região Autónoma da Madeira (2013)	391
Quadro 11.10 – Conta da Região Autónoma dos Açores (2013).....	392
Quadro 11.11 -Estrutura das Receitas Efectivas dos municípios portugueses (2001, 2004, 2007, 2010 e 2014)	397
Quadro 11.12 - Estrutura das despesas efectivas dos municípios portugueses (2001, 2004, 2007, 2010 e 2014)	398
Quadro 11.13 – Receitas, despesas e saldo global (em cont. Pública) dos municípios portugueses (2001, 2004, 2007, 2010 e 2014).....	399
Quadro 11.14 - Taxas de retenção de colecta de IRS para o município, com efeitos em 2009, 2012 e 2016.....	402
Quadro 11.15 - Critérios de determinação das transferências do Orçamento de Estado.....	404
Quadro 11.16 - Conta (2013) e Execução Orçamental (2014) da Segurança Social.....	408
Quadro 11.17- Conta (2013) e Execução Orçamental (2014) da Caixa Geral de Aposentações.....	409
Quadro 11.18 – Indemnizações compensatórias no sector empresarial do Estado.....	412
Quadro 11.19 - O Esforço financeiro do Estado (sem garantias).....	413
Quadro 12.1 - Classificação funcional da despesa	431
Quadro 12.2 - Classificação económica das despesas.....	432
Quadro 12.3 – Classificação económica das receitas.....	434
Quadro 12.4 - Regras orçamentais quantitativas em alguns Estados- Membros da União Europeia (2005-2010)	445
Quadro 12.5 - Mapas contabilísticos	448
Quadro 13.1 – Efeito das despesas públicas sobre o rendimento.....	484
Quadro 13.2 – Efeito das despesas públicas sobre o rendimento.....	485
Quadro 14.1 – Necessidades de financiamento do Estado em 2014	516
Quadro 14.2 – Tipos de dívida pública em Portugal	517
Quadro 14.3 – Saldo da dívida pública do Estado	519
Quadro 14.4 - Aritmética dos défices e da dívida	534
Quadro 15.1 – Resumo do Reporte dos Défices Excessivos de Portugal	556
Quadro 15.2 – Situações de défice excessivo no contexto do PDE	560
Quadro 15.3 – Exemplo de prazos para o PDE: o caso da República Checa em 2004.....	561
Quadro 15.4 – Principais variáveis do PE de Portugal.....	563

Quadro 15.5 – Saldo primário implícito na regra da dívida, % do PIB (equação (15.6))	567
---	-----

Índice de Figuras

Figura 1.1 - A procura de urgências hospitalares	10
Figura 3.1 - Eficiência numa economia de troca.....	45
Figura 3.2 - Os preços como mecanismo de transmissão de informação.....	48
Figura 3.3 – O racionamento num bem não congestionado	52
Figura 3.4 - Bem privado (X) e bem público (Y).....	54
Figura 3.5 - Preços de Lindahl (p^*) e equilíbrio de subscrição privada.....	60
Figura 3.6 - Externalidade negativa da produção.....	61
Figura 3.7 - O ensino superior: bem privado com externalidade positiva.....	64
Figura 3.8 - Equilíbrio do monopolista	65
Figura 3.9 - Curvas de indiferença social: a) utilitaristas e b) rawlsianas	70
Figura 3.10 - A utilidade marginal do rendimento decrescente	73
Figura 3.11 - O óptimo social utilitarista com indivíduos diferentes	75
Figura 3.12 - O óptimo social rawlsiano com indivíduos diferentes.....	76
Figura 3.13 - Óptimos sociais para diferentes indivíduos e concepções éticas distintas	76
Figura 3.14 - O conflito eficiência e equidade (utilitarismo e rawlsianismo) 81	
Figura 3.15 - A provisão pública de um bem privado	82
Figura 4.1 - A escolha da maioria óptima em problemas de afectação (soma positiva).....	95
Figura 4.2 - Regras de decisão e bem-estar de dois grupos (A e B).....	96
Figura 4.3 - Preferências unimodais e o votante mediano	102
Figura 4.4 - Distribuição do rendimento e votante mediano	104
Figura 4.5 - O voto individual na despesa pública	106
Figura 4.6 - O voto na despesa pública financiada com tributação uniforme	107
Figura 4.7 - Despesa pública financiada com igual sacrifício marginal.....	109
Figura 4.8 - Despesa pública financiada com impostos de Lindahl.....	111
Figura 4.9 - A multidimensionalidade da escolha colectiva.....	113
Figura 5.1 – Aversão e neutralidade relativamente ao risco	130
Figura 5.2 – Contratos de Equilíbrio na Presença de Informação Simétrica 134	
Figura 5.3 – Selecção adversa: da existência de um equilíbrio com contratos separados	140
Figura 5.4 – Equilíbrio e óptimo com recursos comuns.....	149
Figura 5.5 – O teorema de Coase	152
Figura 5.6 - Regulamentação ou imposto pigouviano (informação simétrica).....	155

Figura 5.7 - Regulamentação vs. imposto com subestimação de benefícios	155
Figura 5.8 – Regulamentação vs. imposto com subestimação de custos	157
Figura 5.9 – Imposto pigouviano, quotas e mercado de direitos de poluição	158
Figura 5.10 – Comparando pobreza e desigualdade em dois países	161
Figura 5.11 – Curvas de Lorenz.....	165
Figura 6.1 – Despesa pública (preços de mercado) e PIB per capita em Portugal	177
Figura 6.2 – Despesa total em % do PIB.....	180
Figura 6.3 – Despesa total em % do PIB (1970 e 2015)	180
Figura 6.4 – Composição da despesa pública na área do euro, em % do PIB	181
Figura 6.5 – Transferências sociais em % do PIB (1970 e 2015)	182
Figura 6.6 – Despesas com funcionários, em % do PIB (1970 e 2015)	183
Figura 6.7 – Pagamento de juros, em % do PIB.....	185
Figura 6.8 – Juros mais despesas com funcionários (% da despesa total) ...	185
Figura 6.9 – Formação bruta de capital fixo, % do PIB	186
Figura 6.10 – Despesa funcional em % do PIB.....	190
Figura 6.11 – Redistribuição em % da despesa total, 2009.....	191
Figura 6.12 – Afectação em % da despesa total, 2009 (média simples para a UE15).....	192
Figura 6.13 – Despesa funcional em % da despesa total, 2009, UE15	194
Figura 6.14 – Índice de desempenho das administrações públicas (média=1.0)	197
Figura 6.15 – Fronteira de possibilidades de produção.....	198
Figura 6.16 – VAL e TIR de dois projectos	206
Figura 7.1 – Impostos e eficiência	223
Figura 7.2 – Tributação e igualdade de sacrifícios.....	231
Figura 7.3 – Incidência dos impostos.....	235
Figura 7.4 – Distintas incidências legais de um imposto	236
Figura 8.1 - Comparação entre imposto ad valorem e imposto unitário	240
Figura 8.2– Impostos ad valorem e unitário em mercado monopolista	242
Figura 8.3 – Impostos e escolha entre bens.....	247
Figura 8.4 – Impostos e poupança.....	251
Figura 8.5 – Imposto com distintas ofertas de trabalho	253
Figura 8.6 – Impostos e oferta de trabalho.....	256
Figura 8.7 – Tributação de rendimentos do capital	258
Figura 8.8 – Modalidades de tributação do rendimento e grau de progressividade.....	262
Figura 8.9 – Grau de progressividade e distorções na oferta de trabalho ..	263
Figura 8.10 - Limites à tributação, receitas fiscais e gasto público.....	270

Figura 9.1 - Nível de fiscalidade nos países da União Europeia (anos 2011-2012)	304
Figura 10.1 – Receita fiscal e despesa pública de governos locais em 2011 (%)	320
Figura 10.2 - Provisão centralizada e descentralizada	327
Figura 10.3 - Número óptimo de membros, quando a capacidade é fixa.....	328
Figura 10.4 - Capacidade óptima quando o número de membros é fixo.....	330
Figura 10.5 - Da inexistência de óptimo populacional com factores variáveis	333
Figura 10.6 – Provisão ineficiente (excessiva) com “exportação fiscal”	336
Figura 10.7 – Provisão ineficiente (insuficiente) com “spillovers”	338
Figura 10.8 - Custo per capita de fornecer bens públicos locais	347
Figura 10.9 – Transferências para garantir despesa padrão mínima	351
Figura 10.10 - Efeitos de transferências específicas (não participadas)	353
Figura 10.11 - Efeitos de transferências participadas.....	354
Figura 11.1- O sistema de segurança social em Portugal.....	406
Figura 12.1 - Processo de elaboração do orçamento e da proposta de lei: principais etapas	437
Figura 13.1 - Saldo orçamental global e primário, Portugal: 2000-2015	472
Figura 13.2 – Hiato do produto, Portugal: 2000-2015	475
Figura 13.3 – Saldo orçamental global e estrutural, Portugal: 2000-2015... ..	475
Figura 13.4 - Estabilização automática	480
Figura 13.5 – Curva IS	489
Figura 13.6 – A curva LM.....	490
Figura 13.7 – Equilíbrio no instrumental IS-LM	491
Figura 13.8 - Política orçamental expansionista no instrumental IS-LM.....	493
Figura 13.9 – A curva de procura agregada no instrumental IS-LM.....	496
Figura 13.10 – A curva de oferta agregada	499
Figura 13.11 – As curvas AD e AS.....	499
Figura 13.12 – Redução das despesas públicas e curvas AD e AS	501
Figura 14.1 – Dívida pública, saldo orçamental, receita e despesa do Sector Público Administrativo em Portugal: 1973-2015 (em % do PIB).....	514
Figura 14.2 – Rendimento, consumo e Equivalência Ricardiana.....	522
Figura 14.3 – Rendimento, consumo e restrições de liquidez.....	526
Figura 14.4 - Área de sustentabilidade do saldo primário (em % do PIB)... ..	536
Figura 15.1 – Trajectórias do rácio dívida-produto.....	552
Figura 15.2 – Saldo orçamental na UE28 (em % do PIB)	553
Figura 15.3 – Dívida pública na UE28 (em % do PIB).....	554

Índice de Caixas

Caixa 7.1 - Assim falava Adam Smith: as 4 máximas.....	220
Caixa 7.2 - Tributação correctiva e “triplo dividendo”	225
Caixa 7.3 - Imposto Pessoal sobre o Rendimento	229
Caixa 9.1 - Fases “técnicas” de um imposto.....	287
Caixa 9.2 - Tributação do Rendimento em IRS.....	292
Caixa 9.3 - IVA e mecanismo do crédito de imposto	296
Caixa 9.4 - Indicadores de medida de um sistema fiscal	301
Caixa 10.1 - Eficiência e Descentralização	339
Caixa 12.1 - Indicadores orçamentais.....	428
Caixa 12.2 - Princípios de Estabilidade e Solidariedade Orçamental	429
Caixa 12.3 - O princípio da boa gestão financeira.....	428
Caixa 15.1 - O semestre Europeu	571

Prefácio

Por Vítor Constâncio

Esta é uma obra que se imporá pela sua qualidade. Estamos, na verdade, perante o mais completo e o melhor manual de Economia e Finanças Públicas escrito e publicado em Portugal. Um prefácio encontra, assim, a sua única justificação na possibilidade que me proporciona de saudar um livro que será de grande utilidade para todos os estudiosos das matérias abordadas. Num momento em que defrontamos sérios problemas orçamentais que nos obrigarão a difíceis escolhas, este texto surge também na melhor oportunidade. Uma das qualidades da obra é precisamente a de combinar análise teórica com o estudo empírico das realidades portuguesas o que permite apetrechar os seus leitores com os instrumentos necessários ao esclarecimento das políticas que terão que ser consideradas. Apesar da facilidade com que por vezes se discutem estes problemas, a verdade é que apenas conhecimentos técnicos apropriados permitem a sua elucidação. Para perceber o impacto do défice orçamental é necessário dominar os modelos e teorias das flutuações económicas e o debate sobre a equivalência ricardiana; para entender o efeito do défice sobre o desenvolvimento económico a longo prazo é indispensável estudar a problemática do equilíbrio intertemporal e conhecer a moderna teoria do crescimento; para compreender os efeitos da dívida pública ou a natureza dos programas de segurança social é forçoso familiarizar-se com os modelos de gerações sobrepostas. Os conhecimentos teóricos que o estudo deste livro proporciona e a sua aplicação ao caso português permitirão, assim, enriquecer o debate público.

Um outro importante mérito do livro reside no facto de, para além da perspectiva macroeconómica, abordar também a dimensão microeconómica da intervenção do Estado na economia. Trata-se de um verdadeiro texto de Economia Pública onde é possível estudar os fundamentos que justificam a existência de programas públicos com tradução em despesas orçamentais ou em certo tipo de receitas. Naturalmente que este é um domínio em que as considerações normativas têm o seu lugar e onde acaba, conseqüentemente, o consenso baseado na análise técnica dos problemas. Discutir as teorias sobre o papel do Estado (Capítulo 2) ou os fundamentos da intervenção pública (Capítulo 3) remete-nos para o terreno das divergências entre economistas. Uma das maiores virtudes que encontro no livro decorre, precisamente, dele tornar explicitas essas diferenças. Demasiadas vezes se assiste a intervenções de economistas que procuram fazer passar recomendações com implicações morais e políticas como se de

pronunciamentos científicos se tratassem. A distinção entre economia positiva e economia normativa, apesar de pertinente, tem na verdade fronteiras precárias e uma boa parte da moderna teoria económica é intensamente normativa. Isto é, adopta certos princípios normativos que, por serem demasiados gerais, aceita como evidentes e incontroversos. Por exemplo, muitos modelos de agente representativo de vida infinita que maximizam o consumo privado e em que todas as despesas públicas são consideradas implicitamente como mero desperdício sem influência no bem-estar, são justificados como tendo a vantagem de fornecer sentido normativo às suas conclusões.

No entanto, a teoria da racionalidade e o conceito de eficiência adoptados pelos economistas não são destituídos de problemas. A teoria da racionalidade aplicada às escolhas económicas identifica utilidade com a satisfação de preferências individuais de interesse próprio e isso não corresponde à única teoria possível sobre o bem-estar. O conceito de «capacidades» de Amartya Sen ou o de bens primários de Rawls são alternativas conhecidas. A ideia que o bem-estar é igual a satisfação de preferências e que apenas as escolhas egoístas são racionais, explicará porventura o conhecido resultado da economia experimental que mostra como os estudantes de economia se tornam mais auto-centrados e menos cooperantes do que os alunos que escolhem outras disciplinas.

Por outro lado, o conceito de eficiência dado pelo critério de Pareto, segundo o qual o óptimo social corresponde a uma situação em que é impossível melhorar a posição de alguém sem prejudicar a de uma outra pessoa, tem um alcance limitado porque em quase todas as medidas de política económica existem ganhadores e perdedores. Esse é, porém, o conceito usado nos dois Teoremas Fundamentais da Economia do Bem-Estar (Capítulo 3) que procuram demonstrar o carácter óptimo de um sistema de mercados competitivos e completos. Em virtude, porém, das hipóteses restritivas em que assenta a sua validade, servem também para fundamentar os casos em que a intervenção do Estado se justifica por razões de eficiência económica, mesmo na limitada concepção paretiana que esta assume.

Esta concepção reflecte a preocupação dos economistas em tentarem ignorar na sua disciplina problemas de distribuição que implicam comparações interpessoais de utilidade. As dimensões de eficiência e equidade nem sempre são, porém, facilmente separáveis e, por isso, as afirmações dos economistas são por vezes uma amálgama de teoria positiva e filosofia moral. Isto mesmo se torna claro numa das tentativas de alargar o critério de Pareto para avaliar projectos e programas públicos, como acontece na Análise Custo-Benefício (Capítulo 6). Nesta análise aplicam-se os chamados Princípios ou Testes de Compensação segundo os quais bastaria que o aumento de bem-estar dos que ganham fosse mais do que suficiente para compensar os que perdem para

justificar um programa ou um projecto de investimento. No entanto, compensar em concreto os perdedores é naturalmente difícil e raramente acontece na prática. Por outro lado, o cálculo de custos e benefícios, para ter em conta as preferências, recorre ao conceito de “disposição para pagar” tal como se manifesta nos preços e quantidades dos mercados relevantes. Uns e outros, porém, reflectem a distribuição de rendimento existente e se, por exemplo, os benefícios de um determinado programa se destinam a um segmento de baixos rendimentos e os custos são suportados fundamentalmente por indivíduos mais abastados, a «disposição para pagar» dos primeiros pode não conduzir a benefícios superiores aos custos apurados. Deste modo, um determinado projecto pode não constituir uma aproximação a uma melhoria de Pareto com a actual distribuição de rendimento, mas poderia sê-lo com uma outra. Em resumo, o não pagamento de compensação em certos casos ou o enviesamento da “disposição para pagar” implicam que o problema da distribuição não possa ser ignorado. Nenhuma das soluções que têm sido usadas para o considerar é isenta de controvérsia e permanece como ponto de divergência entre economistas.

Para além de questões de equidade, a definição de um óptimo social não pode também ignorar valores como os referentes a direitos e liberdades individuais. Amartya Sen na sua apresentação sobre a impossibilidade de um paretiano liberal mostra como o critério de eficiência de Pareto pode ser incompatível com um princípio de “liberdade mínima”. O Paradoxo de Sen, tal como o Teorema da impossibilidade de Arrow (Capítulo 4), demonstram que a política social não pode ter um fundamento normativo construído apenas a partir das preferências individuais.

A teoria da racionalidade que está no centro da teoria económica tem um sentido normativo implícito que juntamente com o critério de Pareto e o uso indevido do Primeiro Teorema Fundamental da Economia do Bem-Estar, leva por vezes os economistas a fazer recomendações de política como se resultassem de conceitos “científicos” de eficiência. A consideração de todas as dimensões que envolve a escolha de políticas públicas, de equidade, direitos e liberdades, remete-nos para inescapáveis controvérsias. A única atitude aceitável é, pois, a que recomendava Gunnar Myrdal, no sentido dos investigadores explicitarem sempre os valores que perfilham, mesmo quando procuram apenas praticar a economia positiva.

Nenhuma das causas de possíveis e legítimas divergências entre economistas é ignorada neste livro. A par dos conhecimentos teóricos e dos instrumentos analíticos que ensina, o aprofundado exame da vertente normativa que fundamenta as políticas económicas é uma das grandes virtudes que me leva a recomendar vivamente o estudo desta obra.

Lisboa, Fevereiro de 2005

Apresentação da 1ª edição

O debate político e público nos últimos anos, quer em Portugal, quer nos Estados Membros da União Europeia, tem girado em torno das Finanças Públicas e muito provavelmente essa atenção continuará nos próximos anos. Daí a actualidade e, diríamos mesmo, a necessidade deste livro. É preciso estudar *Economia e Finanças Públicas* para dar resposta aos problemas que se colocam ao país e à União Europeia nestas áreas.

A tradição do ensino destas matérias em Portugal tem sido, de alguma forma, a de escolas de economia leccionarem Economia Pública e as escolas de direito leccionarem Finanças Públicas. Enquanto que no primeiro caso se desenvolve uma abordagem estritamente analítica a partir de modelos teóricos, no segundo caso a abordagem é mais empírica e descritiva a partir do enquadramento jurídico e institucional das entidades do sector público. O presente livro de *Economia e Finanças Publicas*, pretende combinar, tanto quanto possível, os dois tipos de perspectivas de análise, para leitores de diferente formação, embora se privilegie a análise económica.

Os objectivos centrais deste livro são pois de três tipos. Em primeiro lugar, analisar os fundamentos microeconómicos da intervenção do sector público, numa economia de mercado, tendo em conta os objectivos, por vezes em conflito, de eficiência e equidade. Em segundo lugar, abordar a realidade institucional e financeira das administrações públicas em Portugal, incluindo uma caracterização do sistema fiscal português bem como o processo de elaboração, aprovação, execução e controlo do orçamento de Estado. Finalmente, procura-se apresentar e analisar os fundamentos macroeconómicos da tomada de decisão política, em particular da política orçamental, no contexto da União Económica e Monetária.

Deste modo, a Parte I (Capítulos 1, 2 e 3), clarifica as diferentes concepções acerca do papel do Estado na economia e de como elas enformam, do ponto de vista normativo, abordagens diferentes das finanças públicas. A Parte II desenvolve a teoria da despesa pública, quer do ponto de vista da análise positiva das escolhas colectivas e decisão política (Capítulo 4), quer das consequências da incerteza para uma melhor compreensão do papel do Estado e das políticas públicas (Capítulo 5). Esta parte termina com uma análise da evolução da despesa pública, bem como do seu desempenho e eficiência (Capítulo 6). A Parte III analisa as receitas públicas, em particular a fiscalidade e os efeitos económicos dos impostos (Capítulos 7 e 8), bem como as características do sistema fiscal português (Capítulo 9). A Parte IV aborda os

problemas das finanças a vários níveis de governo (Capítulo 10), as contas das administrações públicas (Capítulo 11) e o Orçamento do Estado (Capítulo 12). Finalmente, a Parte V, desenvolve a abordagem macroeconómica das finanças públicas em termos da política orçamental (Capítulo 13), aborda a dívida pública e a sustentabilidade das finanças públicas (Capítulo 14), terminando o livro com a análise do enquadramento da política orçamental no contexto da União Económica e Monetária (Capítulo 15).

Há vários trajectos possíveis de leitura e de ensino, com base neste livro. Para o leitor, sem formação alguma em economia, que queira perceber a diversidade de perspectivas de encarar o papel do Estado e a realidade das finanças públicas em Portugal e no contexto da UE, os capítulos recomendados são: 1, 2, 6, 9, 11, 12, 13.1 e 15. Poderão ser usados em cursos de Direito, Contabilidade ou Administração. Para níveis introdutórios de cursos de economia, essencialmente com linguagem diagramática, recomendam-se os capítulos 1, 3, 4, 6, 7, 8 e 13. Para níveis finais de licenciatura ou pós-graduações com maior enfoque na abordagem microeconómica e macroeconómica um percurso possível será através dos capítulos 1, 3, 5, 10, 13 e 14, bem como os Apêndices dos capítulos 3, 5, 10, 13 e 14.

Paulo Trigo Pereira

António Afonso

Manuela Arcanjo

José Carlos Gomes Santos

Lisboa, 8 de Dezembro de 2004.

Agradecimentos

Este livro surgiu da necessidade de redefinir as linhas programáticas da disciplina de Finanças Públicas (actual disciplina de Economia e Finanças Públicas) do Instituto Superior de Economia e Gestão da agora Universidade de Lisboa (ISEG/ULisboa) e de fornecer aos respectivos estudantes um material de estudo mais adequado. O primeiro agradecimento vai pois para os alunos que são a razão de ser do livro e o estímulo para a sua melhoria constante. Os autores pretendem também deixar uma palavra de apreço e agradecimento aos colegas do ISEG, nomeadamente Ana Sofia Ferreira, Francisco Nunes, João Carlos Lopes e Rui Alvarez Carp que connosco leccionaram a disciplina de Finanças Públicas. Alguns capítulos beneficiaram de comentários de Noémia Goulart, Paula Menezes, Raquel Pereira, Rui Baleiras, Rui Dias e Vítor Gaspar. Tentámos incorporar as sugestões recebidas sempre que possível. Pelo apoio dado aos trabalhos de edição uma palavra de agradecimento a Mariana Pereira, Vasco Mendonça, Vânia Ramos e Daniel Abreu. Finalmente, o apoio financeiro da UECE, com verbas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Pest-OE/EGE/UI0436/2011) ajudaram a viabilizar este projecto.

Nota dos autores à 5ª edição

Cerca de três anos após a publicação da quarta edição do livro *Economia e Finanças Públicas* é com renovada satisfação que verificamos a necessidade de uma nova edição, motivada pela receptividade e procura registadas, quer pelo meio académico, onde o livro foi adoptado como bibliografia base para diversas disciplinas em outras Universidades e Escolas Superiores, quer por especialistas ou simples interessados na área de Economia e Finanças Públicas.

Esta quinta edição foi concluída até Novembro de 2015, mas trabalhada um semestre antes. Várias alterações ocorreram no campo das finanças públicas que exigiam uma nova edição. A introdução do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais (SEC2010), a nova revisão da Lei de Enquadramento Orçamental e alterações no contexto da coordenação da política orçamental na União Económica e Monetária. Portugal, após o programa de ajustamento com o FMI a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (2011-2014), confronta-se com a necessidade de reduzir de forma significativa a sua dívida pública, cujo rácio em relação ao PIB atingiu naquele período

inéditos 130%, e o seu défice orçamental se quer respeitar os compromissos europeus que assumiu. Tal coloca um interesse e importância acrescidos no papel e uso dos instrumentos das Finanças Públicas, tanto do ponto de vista da despesa como da receita orçamental, esperando-se que as diferentes matérias abordadas nos quinze capítulos deste livro possam, de algum modo, contribuir para esclarecer e enriquecer o debate, quer a nível universitário, quer ao nível da discussão institucional e de política económica e social.

Tal como nas edições anteriores, aproveitou-se esta oportunidade, para introduzir alterações em alguns dos capítulos, alterações essas ditadas, quer por razões de actualização de dados, quer pelo objectivo de incorporar desenvolvimentos nacionais e internacionais recentes.

As principais modificações contidas nesta quinta edição são essencialmente nos capítulos que abordam as questões institucionais, a situação da economia portuguesa e o sistema fiscal português e, por fim, as mais recentes tendências das finanças públicas em Portugal e na União Europeia.

Assim, no Capítulo 6 actualizaram-se os dados relativos à dimensão da despesa pública nos vários países da UE, quer em termos de classificação económica, quer em termos de classificação funcional.

No Capítulo 9, actualizou-se a informação relativa ao sistema fiscal português, com especial destaque para as modificações ocorridas no período 2008-2011, bem como as tendências da evolução da carga fiscal em termos comparativos internacionais. Os quadros estatísticos dele integrantes contêm os últimos dados disponibilizados oficialmente, nos quais também se incluem agora o IVA e o IMI.

No Capítulo 11, actualizaram-se os dados relativos aos Orçamentos das Administrações Públicas, às contas das Administrações Regionais dos Açores e da Madeira e o quadro resumo das contas de gerência municipais. Expuseram-se as linhas gerais da Lei das Finanças Locais, bem como um balanço preliminar da sua aplicação. Os dados apresentados para 2004, 2007, 2010 e 2014 permitem identificar as consequências em termos de carga fiscal da reforma da tributação do património. Acrescentou-se uma secção para dar mais relevo a dois problemas que devem merecer maior atenção no estudo das finanças públicas: as dívidas do sector público empresarial e as parcerias público-privadas. Por fim, analisou-se a questão da sustentabilidade das finanças públicas de um ponto de vista institucional.

No Capítulo 12, procedeu-se à actualização do quadro legislativo, segundo a Lei de Enquadramento Orçamental de 2011, e deu-se maior relevo quer à tipologia e aos

efeitos das regras quantitativas orçamentais, quer à natureza e função das entidades independentes.

Nos Capítulos 13 e 14 actualizaram-se os dados sobre os saldos orçamentais, PIB, e dívida pública em Portugal, tendo em conta o mais recente Orçamento do Estado.

No Capítulo 15 actualizaram-se os dados sobre os saldos orçamentais e dívida pública nos países da UE, os dados para o reporte dos défices excessivos para Portugal e do respectivo Programa de Estabilidade e Crescimento e, ainda, as taxas de IVA em vigor na UE. Foi igualmente revista e actualizada a secção sobre o orçamento da UE no contexto do novo quadro financeiro plurianual para 2007-2013. Também foram actualizados e aumentados os apêndices estatísticos deste capítulo. Foi igualmente incorporada informação sobre as principais alterações ao enquadramento orçamental na UE, aprovadas em 2011.

Por fim, várias actualizações foram igualmente feitas ao nível da bibliografia e da legislação relevante.

No corrente ano é também publicada a quinta edição de *Economia e Finanças Públicas: da Teoria à Prática* (Pereira, P. T. e Nunes, F. 2016), que respeita a estrutura do presente manual com os mesmos quinze capítulos, contém resumos de cada capítulo, tópicos de reflexão, questões de escolha múltipla e, sempre que justificável, exercícios. Tem ainda um décimo sexto capítulo sobre a crise das finanças públicas. É, pois, uma obra complementar deste livro para a qual são feitas referências cruzadas sempre que apropriado.

Paulo Trigo Pereira

António Afonso

Manuela Arcanjo

José Carlos Gomes Santos

Lisboa, 15 de Janeiro de 2016.

Paulo Trigo Pereira

Professor Catedrático de Economia Pública e do Bem-Estar no ISEG, Universidade de Lisboa e Presidente do *Institute of Public Policy Thomas Jefferson – Correia da Serra*. Está na Coordenação do Mestrado de Economia e Políticas Públicas e ensina Finanças Públicas, Economia das Instituições e Análise Económica do Direito. Com vários livros sobre Finanças Públicas e Economia das Instituições, tendo o último - *Portugal Dívida Pública e Défice Democrático* - ganhou o “Prémio de Melhor Livro de Economia e Gestão 2012” do *Económico*. Coordenou o Grupo de Trabalho para a reforma das Finanças Locais (2007) e foi membro da Comissão para a Reforma do Estado – PRACE (2007). Tem publicado artigos científicos em várias áreas, foi investigador visitante nas Universidades de Amsterdão (UvA), Leicester, London School of Economics, New York, Turku e Yale. Tem sido cronista regular do jornal "O Público" e fez assessoria para vários governos nas áreas de finanças locais, regionalização e reforma do Estado. Tem uma página pessoal de finanças públicas. [<http://www.iseg.utl.pt/~ppereira/finpub>]

António Afonso

Professor Catedrático do Departamento de Economia do ISEG. Licenciado, Mestre, Doutor e Agregado em Economia (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa). É coordenador do *Master in Monetary and Financial Economics*, e do Doutoramento em Economia. É membro e Presidente da Direcção do centro de investigação UECE (Research Unit on Complexity and Economics) do ISEG. Foi Economista Principal no Banco Central Europeu, desempenhou funções de Consultor e de Assessor no Ministério das Finanças tendo trabalhado igualmente no BNU, no Instituto de Gestão do Crédito Público e na CGD. Fez consultoria para o IADB, para o Tribunal de Contas Europeu, e para o FMI. Tem várias publicações em revistas científicas internacionais em política orçamental, finanças públicas, macroeconomia, economia aplicada e economia financeira, sendo co-autor de vários livros sendo igualmente membro de várias sociedades científicas internacionais. [<http://www.iseg.utl.pt/~aafonso/AAWeb.html>]

Manuela Arcanjo

Professora Auxiliar do ISEG. Licenciada (ISCTE) e Doutorada (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa) em Economia. Foi representante nacional junto da Comissão Europeia (DGV, 1992/95) em projectos no domínio da política social. Tem várias publicações nacionais e internacionais e tem desenvolvido a sua actividade de investigação como coordenadora/investigadora em numerosos projectos nacionais e internacionais nas áreas da política social e da economia e política da segurança social. É membro do centro de investigação SOCIUS do ISEG. Foi Ministra da Saúde no XIV Governo Constitucional e Secretária de Estado do Orçamento no XIII Governo Constitucional.

José Carlos Gomes Santos

Investigador Economista (aposentado) do Centro de Estudos Fiscais/Ministério das Finanças. Professor Associado Convidado (1979-2011) do ISEG/Universidade Técnica de Lisboa. Licenciado em Economia (1973) e Mestre em Economia e Política Social (2004), ambos pelo ISEG. Desempenhou funções de Assessor Económico para as questões fiscais no gabinete do Primeiro-Ministro nos XIII e XIV Governos Constitucionais. Foi membro das Comissões de revisão do IRS (1998), do IRC (1999-2000) e da Lei das Finanças Locais (2006). A sua actividade desenvolve-se nas áreas da fiscalidade, economia e finanças públicas, e economia social, tendo várias publicações em revistas nacionais e internacionais. Exerceu funções de consultoria para diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial, FMI, OCDE e UE. É membro da Associação Fiscal Portuguesa.